

Discurso de Abertura OE 2012

Senhoras e senhores Deputados,

Ninguém pode afirmar que com poucos recursos é fácil fazer política, ou seja fazer escolhas, assumi-las e implementá-las. **Podemos e continuaremos a fazer as escolhas necessárias para o progresso do ensino e da ciência em Portugal.**

O OE 2012 para estas áreas espelha, dentro de um quadro de emergência nacional, as opções que preconizamos.

A estratégia em prol do incremento da qualidade na educação e ciência está plasmada nessas escolhas.

O MEC não ficou, nem poderia ficar, à margem do esforço partilhado por todos os outros ministérios, de racionalização da despesa através da optimização dos seus recursos salvaguardando o cumprimento das obrigações inscritas nas suas missões. **O Orçamento para 2012 é exigente e transparente.**

Subjaz às escolhas que fazemos uma profunda confiança nos portugueses: lutar contra o centralismo cego; combater a burocracia; incrementar a transparência no sistema e na informação; fomentar a autonomia das escolas e a liberdade de escolha; criar as condições para um saudável empreendedorismo e competitividade do sistema educativo e científico português. É uma confiança nos portugueses e é uma confiança na democracia.

Através da nova lei orgânica agilizámos o Ministério da Educação e Ciência.

Reduzimos de 257 para 139 o número de cargos dirigentes nos serviços centrais e regionais – **uma redução de 46%.**

Reduzimos de 16 para 7 o número de Direcções Gerais na nossa administração directa – **uma redução de 56%.**

Reduzimos de 8 para 4 o número de instituições na administração indirecta – **uma redução de 50%.**

Teremos uma administração simplificada e mais flexível que permitirá uma redução dos custos de estrutura em cerca de 6 M€/ano. Uma redução de 46%.

No ensino básico e secundário queremos garantir que os nossos alunos tenham uma educação melhor.

Com o envolvimento das Câmaras Municipais reorganizámos a rede de escolas do 1.º ciclo, encerrando 298 escolas. **Essa reorganização irá continuar.**

Porque não estavam reunidas as condições para avançar com o processo de agregação de agrupamentos este foi suspenso. **Estamos a trabalhar com as autarquias para garantir que este processo de agregação resulte num claro benefício para a comunidade escolar.**

Queremos os professores centrados na sua função primordial: ensinar.

Reduzimos em 70% o número de professores requisitados nas Direcções Regionais e em 56% o número de professores em mobilidade nos serviços centrais do Ministério. **Devolvemos às escolas mais de 1000 professores e vamos devolver ainda mais.**

Temos um novo Modelo de Avaliação do Desempenho Docente, negociado e acordado pela maioria dos sindicatos de professores.

Já no próximo ano vamos introduzir uma prova de acesso à carreira docente. **Queremos os melhores professores a ensinar. Queremos que os que acedem à nobre profissão docente sejam os mais bem preparados.**

Vamos elevar a qualidade do ensino. Esta é a pedra de toque de uma reforma curricular intercalar que está a ser finalizada e que será apresentada às entidades próprias para auscultação e debate, nomeadamente ao Conselho Nacional de Educação, ao Conselho de Escolas, às Sociedades Científicas e a outras entidades.

Em diálogo, temos de mudar a educação em Portugal.

Em diálogo, vamos estabelecer metas claras de aprendizagem.

Em diálogo, vamos racionalizar os conteúdos curriculares.

Em diálogo, vamos elevar a qualidade dos programas.

A comunidade educativa sabe e está ciente que a dispersão curricular é inimiga da qualidade.

Vamos recentrar o conhecimento nas áreas estruturantes.

Vamos reforçar a aprendizagem nas disciplinas centrais: língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, inglês....

Queremos e iremos dignificar o ensino profissional de jovens como verdadeira alternativa ao ensino regular:

- elevando a qualidade da formação profissional;
- garantindo a relevância das qualificações para o mercado de trabalho.

Mantemos o nosso empenho em elevar os níveis de qualificação da população em idade activa.

Vamos racionalizar as ofertas de cursos para adultos.

Vamos estreitar a ligação com o tecido empresarial.

Vamos melhorar o sistema de Reconhecimento e Validação de Competências Chave.

Conjuntamente com o Ministério da Economia, estamos a avaliar a rede de Centros de Novas Oportunidades e a recentrá-la na formação real. Vamos reorientar os Centros para um apoio especial à educação profissional dos jovens.

Vamos reforçar a educação pré-escolar com a abertura de mais 500 salas.

Vamos reforçar a difusão do ensino da língua portuguesa, como um valor estratégico para o nosso país. Estabelecemos dois novos acordos com Timor-Leste. Estamos em diálogo com os governantes dos outros países de expressão oficial portuguesa.

Dedicamos particular atenção ao ensino especial, de forma a melhorar a intervenção educativa e a resposta terapêutica às necessidades dos alunos e das famílias.

Vamos otimizar os recursos humanos e materiais existentes. Foi criado um grupo de trabalho constituído por especialistas das áreas da Educação, Psicologia e Medicina para a identificação de medidas concretas que serão apresentadas às associações parceiras.

Dedicamos também uma atenção especial à acção social escolar.

Melhor educação envolve mais informação e mais avaliação. Já introduzimos as provas de avaliação no 6.º ano, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Estamos a trabalhar para o reforço e autonomização do Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), tarefa que ficará concluída em 2012.

No ensino superior o Ministério comunicou às Instituições, em 12 de Agosto, uma redução nas dotações de funcionamento de cerca de 8,5% em relação às dotações iniciais de 2011. O CRUP e o CCISP atempadamente foram informados.

A redução nestas dotações constitui o contributo das Instituições de Ensino Superior no esforço nacional de contenção da despesa pública.

Através de norma específica, será evitada a duplicação do corte dos subsídios de férias e de Natal no caso dos investigadores das Instituições de Ensino Superior cujos encargos salariais são pagos pela FCT.

Ao contrário do OE de 2011, a proposta de OE para 2012 isenta de qualquer cativação as receitas próprias das Instituições de Ensino Superior, bem como dos Laboratórios de Estado e de outras instituições públicas de investigação.

Incentiva-se assim a captação de receitas próprias que as Instituições de Ensino Superior consigam obter designadamente através de projectos de investigação, contratos e outras formas.

Estivemos sempre atentos aos problemas das Universidades e Politécnicos. Mantivemos sempre aberta a linha de diálogo. **Valorizamos a autonomia universitária.**

Trabalhando com o Ministério das Finanças, mantemos o RJIES, garantindo que as Instituições de Ensino Superior mantenham a autonomia de recrutamento dentro dos limites da sua massa salarial à data do início do ano. Fica facilitado o recrutamento com recurso a receitas próprias providas da FCT, projectos e contratos.

Encontra-se em curso o processo legislativo dirigido à aprovação de uma nova Lei-Quadro das Fundações, com manifesto impacto na criação de novas fundações universitárias. Não haverá portanto decisão sobre a criação de novas fundações universitárias até que se encontre definido o novo regime jurídico.

Desde Agosto estamos a proceder a estudos sobre a rede de instituições do ensino superior, a oferta formativa e modelo de financiamento, tendo já recebido quatro relatórios preliminares elaborados por peritos não remunerados.

São questões que não podem ser tratadas precipitadamente, merecendo estudo e discussão aprofundados, bem como diálogo com as instituições e outros parceiros.

Na acção social do Ensino Superior, estabelecemos e estamos já aplicar um regulamento de bolsas mais justo.

Também na ciência, a nossa preocupação em promover a qualidade permanece inabalável. Implementámos as medidas previstas no Programa de Governo, nomeadamente:

- 1) Homologação do Programa de Bolsas e Projectos I&D do concurso de 2011. Em simultâneo, estão em preparação os concursos de Projectos e Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento para 2012 e o Concurso para contratos de Doutorados pela FCT para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Todos estes concursos terão lugar no decorrer do 1.º semestre de 2012, indo a FCT anunciar muito brevemente o seu plano de actividades.
- 2) Iniciou-se em Setembro a avaliação agregada independente, pela Academia da Finlândia, das parcerias internacionais com as Universidades Carnegie Mellon, UT Austin e MIT. Prevê-se que esteja concluída em Dezembro.
- 3) Está concluído o levantamento exaustivo dos recursos financeiros existentes para I&D, do seu nível de execução e dos compromissos assumidos até à data pela FCT.

- 4) Foi aprovada em Conselho de Ministros a criação do **Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia**, presidido pelo Sr. Primeiro-Ministro, que aconselhará o Governo na definição das suas políticas de ciência e tecnologia.

Queremos ainda destacar:

- 1) Que uma nova equipa de gestão da Fundação para a Ciência e Tecnologia entrará em funções em Janeiro 2012;
- 2) Que o Instituto de Meteorologia passa para a tutela da SE do Mar;
- 3) Que já está preparada a proposta de integração do Instituto Tecnológico Nuclear no Instituto Superior Técnico, resolvendo assim um problema que se arrasta há muitos anos;
- 4) Que a UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP – foi fundida com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, nesta se integrando as respectivas competências.
- 5) Que um novo modelo para a sustentabilidade financeira a médio e longo prazo para a Fundação para Computação Científica Nacional (FCCN) estará brevemente concluído.

No que respeita ao orçamento para 2012, importa salientar que foram incorporadas as orientações de contenção orçamental, assegurando, simultaneamente, as condições financeiras para

- i) o desenvolvimento das medidas prioritárias previstas no Programa de Governo para Ciência;
- ii) o cumprimento das responsabilidades assumidas pelo anterior Governo nesta área.

Relativamente às unidades que compõem o perímetro de intervenção da Secretaria de Estado da Ciência, obteve-se para 2012 uma contenção média das despesas de funcionamento na ordem dos 11% (através de ganhos de eficiência).

Para as mesmas unidades, no que se refere ao orçamento de investimento, foi feito um levantamento de todos os projectos em curso e programados para o futuro.

Sobre o orçamento de investimento da Fundação para a Ciência e Tecnologia para 2012, importa destacar que, dada a necessária redução da dotação orçamental do Estado em cerca de 30 milhões de euros (10%) face a 2011 foram tomadas as seguintes opções:

- i) Alteração da estrutura orçamental da Fundação, de forma a adequar a alocação dos fundos públicos às

políticas preconizadas no Programa de Governo, isto é, reforçando as rubricas: formação avançada e emprego científico, **34% face a 31% em 2011;** projectos de I&D, **19% face a 14% em 2011.**

- ii) Uma dotação específica para concurso de emprego científico permitirá a colocação de **80 novas posições de investigador doutorado durante o ano de 2012;**
- iii) Redução das dotações orçamentais para actividades de Cooperação Internacional e actividades de divulgação de Cultura Científica e Tecnológica. Nas primeiras, decorre um exigente processo negocial, com vista a acomodar para os anos de 2012 e 2013 **uma redução que ronda os 40% face a 2011;**
- iv) A *Academia das Ciências de Lisboa*, instituição bicentenária e património precioso do nosso país, viu reforçada a sua dotação de investimento para intervenção prioritária e urgente na sede da mesma;
- v) O orçamento de investimento do *Instituto de Meteorologia* foi entretanto reforçado, para assegurar a instalação de um novo radar no norte do país por razões de segurança da população.

Senhoras e senhores deputados,

Estamos a cumprir o programa do Governo.

Perante as contingências fizemos as nossas escolhas:

- apostar na melhoria da qualidade do ensino, que só se obtém com rigor e exigência;
- promover o emprego científico e reter quadros em Portugal altamente qualificados;
- privilegiar os apoios públicos às actividades I&D de excelência.

Em diálogo com os professores, com os pais, com as escolas, com os parceiros sociais, com as Universidades e Politécnicos, estamos, sem precipitações, mas com o sentido de urgência, a preparar o Futuro.